

# AS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS DO PROGRAMA: MINHA CASA, MINHA VIDA, E O SEU PAPEL NO ÂMBITO DO PROCESSO DE REURBANIZAÇÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ, EM JOÃO PESSOA/PB.

**Camilla Teles Pereira Costa**  
*Universidade Federal da Paraíba*

## RESUMO

Este artigo, em linhas gerais, objetiva fazer uma discussão científica acerca das chamadas políticas públicas habitacionais no Brasil. Nomeadamente, o Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida. A ideia central é relacioná-lo como a principal causa que atua no amplo processo de reurbanização do Bairro São José. Bairro esse que se encontra localizado na Cidade de João Pessoa, capital do Estado Paraíba. Sendo que a problemática mais importante da pesquisa aborda o papel da construção de casas populares em seu poder de transformação espacial, de uma típica Favela para a realidade de um novo bairro, agora estruturado. Todo esse processo incorpora também a mudança no “status” social de seus moradores, que antes residia numa Comunidade marginalizada, e agora passa a morar num arrabalde integrado à cidade. Esse estudo abarca também a investigação e a discussão científica sobre os principais conceitos sobre Cidade e Lugares Urbanos, com destaque para o debate teórico sobre a temática Segregação Urbana. E ainda, se faz um pequeno levantamento sobre o surgimento das Cidades no Brasil, em seu processo de evolução urbana. Por fim, destaca-se que ao se procurar fazer uma breve análise da transformação espacial do Bairro São José, a partir da concomitante construção de habitações populares, considerou-se como vital a participação dos atores locais. Revelando, assim, que para todo esse processo de fato acontecer, destacou-se no real terreno o papel advindo da pressão exercida por parte de seus moradores, da Comunidade, em seu processo de luta social no sentido de conquistar moradias dignas.

**Palavras-chave:** Cidade e Lugares Urbanos; Urbanização; Reurbanização via Processos de Transformação Urbana; Políticas Públicas Habitacionais; Moradias Populares.

**ABSTRACT:**

This article, in general lines, aims to make a scientific discussion about the so-called public housing policies in Brazil. Namely, Minha Casa Minha Vida Housing Program. The central idea is to relate it as the main cause that acts in the wide process of redevelopment of the São José Neighborhood. This neighborhood is located in the city of João Pessoa, capital of Paraíba State. Since the most important problem of the research approaches the role of the construction of popular houses in their power of spatial transformation, from a typical Favela to the reality of a new neighborhood, now structured. All this process also incorporates the change in the social status of its residents, who previously resided in a marginalized community, and now live in an integrated suburb of the city. This study also includes research and scientific discussion on the main concepts about City and Urban Places, with emphasis on the theoretical debate on the theme Urban Segregation. And yet, there is a small survey on the emergence of Cities in Brazil, in its process of urban evolution. Finally, it is important to note that, when attempting to make a brief analysis of the spatial transformation of the São José neighborhood, based on the concomitant construction of housing, the participation of local actors was considered vital. Revealing, therefore, that for this whole process to happen, the role played by the inhabitants of the community in their process of social struggle to achieve dignified housing was highlighted in the real terrain.

**Keywords:** City and Urban Places; Urbanization; Redevelopment through Urban Transformation Processes; Housing Public Policies; Popular Houses.

**INTRODUÇÃO**

Atualmente, o Brasil é um país predominantemente urbano, sendo que nos últimos tempos o processo de urbanização se tornou cada vez mais intenso, e numa velocidade “assustadora”. Constata-se, logo, como é elevado o crescimento da população urbana brasileira. E isso tanto em números absolutos, como em termos relativos. Como resultado de toda essa dinâmica, as inúmeras questões relacionadas a esse assunto passaram a estar na pauta da discussão acadêmica, chamando, assim, bastante atenção ao conjunto dos cientistas sociais do Brasil. Inclusive, de forma especial os geógrafos. Dentre os principais problemas colocados em debate, se destaca as questões relacionadas ao caráter da ampla necessidade de moradias, que foi provocado pelo referido intenso processo de urbanização.

Sobre a mencionada alta carência de moradias nas cidades brasileiras, assinala-se, que esse é um fato recorrente na maioria dos grandes centros urbanos do país. Realidade essa, portanto, que acontece de forma relativamente comum, que por sua vez é determinada tendo em vista os elevados índices de pobreza presentes na sociedade brasileira. Diante dessas palavras iniciais, se esclarece que este artigo possui como tema central a análise sobre o processo de reurbanização do Bairro São José, situado na Cidade de João Pessoa/PB, a partir da específica influência do Programa Habitacional Brasileiro: Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Em outras palavras, se procura ver como toda essa dinâmica de transformação espacial, da citada comunidade, deriva diretamente do papel exercido pelo mencionado plano habitacional. Informando, inclusive, que esse programa de construção de casas populares foi implantado pelo Governo Federal do Brasil, sob o comando do Partido dos Trabalhadores, durante as gestões dos ex-presidentes Luís Inácio Lula da Silva, e também da ex-presidente Dilma Rousseff.

Quanto as principais metas do trabalho, informa-se que a pesquisa possui várias finalidades, discriminadas em objetivo geral e objetivos específicos. Assim, em relação ao **objetivo geral**, revela-se que esse estudo tem como foco principal a análise do Programa Habitacional: Minha Casa, Minha Vida, a partir de sua atuação no âmbito da reurbanização do bairro São José. A pesquisa envolve, portanto, o processo de transformação espacial de favela para bairro. Já em relação aos **objetivos específicos**, assinala-se que eles estão assim distribuídos: a) Realizar um debate sobre os conceitos de Cidade, Segregação Espacial e Favelas, utilizados na pesquisa; b) Fazer uma síntese da história urbana do Brasil, bem como da cidade de João Pessoa, em relação ao processo de evolução das chamadas: Políticas Públicas de Habitação; c) Analisar a dinâmica de transformação do Bairro São José. Mudança espacial essa que abarca a evolução de uma realidade típica de favela, para outra forma de espaço urbano, agora sob a condição de um novo bairro.

Tudo isso, tendo como fator determinante, o singular papel da política habitacional promovida pelo Programa: Minha Casa, Minha Vida. Inclusive, esclarece-se ainda que no momento em que o objeto de estudo estiver em pauta, a análise será precedida com um breve levantamento histórico sobre o bairro São José. No sentido, então, de se procurar ver como se deu o seu processo de formação e evolução.

Como justificativa para a escolha da temática em exame, apresenta em primeiro lugar o entendimento de que o trabalho se enquadra no âmbito da Ciência Geográfica. Isso porque os

assuntos estudados no tema central englobam conhecimentos no quadro dessa área do conhecimento científico. E em segundo lugar, vem o fato de que os principais tópicos em evidência estão especificamente ligados à Geografia Urbana, pois Cidade e Lugares Urbanos constituem as categorias conceituais mais importantes em foco. Já em terceiro lugar, a pesquisa também se justifica por conta dela lidar com a produção do espaço interno de cidades. O que no caso é comprovado na medida em que se observa que o trabalho procura analisar a dinâmica de organização espacial de uma área situada no interior da cidade de João Pessoa, que conforme já se sabe se refere ao bairro São José. E como quarta justificativa, apresenta-se o motivo de que o tema central abordado possa vir ampliar o entendimento de transformação de natureza geográfica da particular unidade espacial estudada. Àquela que por décadas foi considerada uma favela, e que devido a sua recente transformação urbano-habitacional, por meio do processo de reurbanização aí desenvolvido se transforma, aos poucos, em um bairro integrado à cidade. Entendendo, assim, que essas ações podem ter a capacidade de transformar um espaço geográfico, legitimando o aumento da qualidade de vida de seus moradores, sendo que, por outro lado, diminui as desigualdades sociais.

Em relação à metodologia do trabalho, verifica-se que ela se divide em duas etapas: técnicas de pesquisa e método de abordagem. A primeira fase se refere à devida pesquisa de campo, no âmbito da coleta de dados primários. Nesse quadro, sobressai à observação do tipo participativa, na qual foram feitas uma série de entrevistas informais, por meio de conversas com parte dos moradores locais. Explicitando, então, que nessa observação empírica a principal finalidade foi a de se procurar saber junto à comunidade local, como se dá a sua visão acerca da história de formação e evolução do bairro São José. Depois, procedeu-se o levantamento do conjunto de informações secundárias. Primeiramente qualitativa, nesse caso através da pesquisa documental, via coleta do referencial bibliográfico em textos e livros sobre os principais assuntos abordados. A seguir, vem a pesquisa de informações de dados quantitativos, junto a Instituições Públicas, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados demográficos; Bibliotecas Central e Setorial, da UFPB; Além do conjunto de informações institucionais buscadas junto ao site da Prefeitura Municipal de João Pessoa, nomeadamente em relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

Sobre o método de abordagem utilizado no trabalho, indica-se que a perspectiva de interpretação trabalhada, predominantemente, tem como base o uso do Materialismo Histórico e Dialético. O qual por sua vez se dá a luz da filosofia marxista. Nesse tipo de análise interpretativa, portanto, os fatos arrolados privilegiam um parâmetro crítico, valorizando

assim a dinâmica dos conflitos e contradições sociais. Acrescentando, inclusive, que esse é o método mais largamente utilizado pelos autores referenciados na pesquisa, quando eles discorrem temas relacionados com a produção do espaço urbano.

### **Uma Breve Discussão acerca dos Conceitos de Cidade, Segregação Urbana e Favelas.**

Nesta etapa se pretende fazer um debate em torno do referencial bibliográfico. Para tanto, se procura utilizar de autores que tradicionalmente lidam com a principal temática em questão. Portanto, no âmbito da discussão do tema especifica-se que o primeiro foco será a análise científica em torno do conceito de cidade. A ideia que agora se coloca segue-se no sentido de se tentar ver como se caracterizam esses atributos: os lugares urbanos. E isso, tanto sob o ponto de vista de um elemento real, logo, verdadeiramente existente no terreno, assim como também enquanto uma categoria científica, portanto, um objeto de reflexão teórico-filosófica.

Para começar esse debate, necessário se faz chamar a atenção acerca da dimensão histórica, em relação ao surgimento das primeiras cidades e lugares urbanos. Identificando, desde já, que esses atributos se originaram como produtos da própria evolução social. Que por sua vez decorreu da própria evolução material da agricultura, a partir do processo de aprofundamento de excedentes, ou seja, no quadro da necessidade de gestão e de controle dessa mesma produção agrícola. Mas, tal como se ressaltou em relação à agricultura, deve ser registrado que para a origem das Cidades também foi fundamental o trabalho humano, socialmente desenvolvido no espaço geográfico. Em outras palavras, a produção da organização do espaço urbano se relaciona ao âmbito do processo de transformação da natureza. No caso, de uma situação em estado virgem para outra, agora em estado modificado. Uma dinâmica semelhante ao que Corrêa (2007, p. 54), em sua Obra: *Região e Organização Espacial*, empregando uma expressão de Karl Marx, afirma o seguinte: “fala-se assim, da natureza primitiva transformada em segunda natureza”.

Portanto, após as palavras acima colocadas, se ressalta o quanto é bastante difícil conceituar cidade, e lugares urbanos, tendo em vista a própria complexidade de se compreender o que, realmente, significa esse atributo. Em geral, inúmeros autores possuem pontos de vista diferentes. Sendo que cada uma das visões diferenciadas se vinculam aos mais variados e respectivos critérios a serem considerados quanto ao processo de conceituação. Desse modo, se constata que para se conceituar cidade, os autores utilizados na referência bibliográfica

deste trabalho, tomam como menção, ora o caráter de sua estrutura socioeconômica de sustentação básica; ora pelo papel que a sua economia desempenha na região onde ela mesma encontra-se inserida, influenciando assim outras cidades dela dependentes; ora em função do poder político, cultural e religioso, além de muitos outros aspectos.

Por tanto, para o sociólogo Max Weber, em sua obra *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (2004), por exemplo, a cidade é um centro urbano cuja função primordial está essencialmente voltada para a atividade mercantil. Para ele, todas as cidades possuem um local específico onde se dá o intercâmbio regular de mercadorias. Apesar de que, inversamente esse autor também ache que nem todos os locais com mercado sejam cidades.

No entanto, há um ponto em comum, para onde convergem praticamente todos os autores do referencial bibliográfico. Essa visão comum diz respeito ao caráter da aglomeração da cidade. Isto é, para que haja a sua existência, exige-se, como condição necessária, que todas às suas estruturas básicas de formação estejam concentradas. Esclarecendo, então, que agora se estar a referir sobre o caráter de aglomeração do povoamento dos lugares urbanos. Concentração, portanto, do viés demográfico, e de suas respectivas construções habitacionais. População essa que por sua vez trabalha, majoritariamente, nas atividades econômicas ligadas nos setores secundário (industrial) e terciário (comércio e prestação de serviços), ambos com igual estrutura de produção aglomerada em determinado espaço geográfico.

Mas, entretanto, a cidade não é apenas um local aonde se produz, comercializa bens. Ao contrário, se constitui num lugar muito mais amplo e complexo, aonde os seus habitantes se organizam e se interagem socialmente. Relacionamento social esse que acontece de acordo com os seus mais variados interesses, e também com os seus diversos valores pessoais. Como resultado, se observa que a cidade também produz identidades territoriais bem definidas, nas quais os respectivos grupos de indivíduos se afinam, e buscam manter e preservar.

Ao nível mundial, destaca-se o fato de se revelar que cada país do mundo possui o seu singular conceito oficial de cidades. Consistindo que os principais critérios adotados para essa definição se fazem presentes, inclusive, nas respectivas Constituições Nacionais. Desse modo, assinala-se que para a maioria das nações, o conceito de cidades e lugares urbanos se refere a um local que deve possuir determinado limite mínimo em matéria de habitantes. Esse, portanto, se constitui no **primeiro critério**, que sob o caráter demográfico é seguido pela maioria dos países. Assim, com base no conceito demográfico, Palen (1975), apresenta alguns exemplos de

nações que adotam essa definição, mostrando, inclusive, os seus respectivos números mínimos exigidos, para que o lugar venha, realmente, a ser considerado como uma Cidade, tais como: Estados Unidos, 2.500 habitantes; França e Espanha, 2.000 habitantes, Holanda, 20.000 habitantes; Bélgica, 300 habitantes; Portugal, 8.000 habitantes, Coréia do Sul, 30.000 habitantes; Japão, 40.000 habitantes; etc. Ainda sobre esse referido critério demográfico, inclusive, chama-se a atenção que o mínimo exigido pode variar de tempos em tempos. Logo, observa-se que há uma tendência para se reduzir o limite mínimo exigido. Sendo isso mais comum quando se dá o aumento das taxas de urbanização das respectivas nações. Dessa forma, alguns países antes “mais exigentes” em termos populacionais, agora são mais flexíveis.

O **segundo critério** mais utilizado pelos Estados Nacionais se refere ao de natureza político-administrativa. Sobre essa questão, identifica-se que as nações que adotam esse particular critério de definição, elas atribuem às suas cidades uma função com o poder local, no âmbito da gestão político-administrativa. Desse modo, para ser considerado lugar urbano, cada núcleo urbano torna-se sede de um município, ou de comuna, ou ainda de outro tipo similar. Dentre outros, o Brasil é um típico exemplo de país que segue esse critério.

Já em relação ao **terceiro critério** seguido pelos Estados Nacionais para se conceituar às suas cidades, assinala-se que ele se refere ao do caráter das atividades econômicas. Sobre esse critério, então, afirma-se que os países que seguem esse critério, costumam definir às suas cidades a partir de um percentual mínimo de população ativa que se exige que esteja diretamente inserido nas atividades econômicas não agrícolas. Isto é, para ser um lugar urbano nessas nações, cada localidade deve possuir um mínimo proporcional de população ativa diretamente envolvida nos setores econômicos que tradicionalmente se localizam em áreas urbanas. Nesse caso, estar a se considerar as atividades econômicas ligadas tanto ao setor secundário, ou seja, industrial, bem como ao setor terciário, que são aqueles que compreendem o comércio e a prestação de serviços.

Como exemplo dos países que, constitucionalmente, seguem esse mencionado critério, podem ser citados aqueles oriundos da antiga União Soviética. Ressalvando, porém, que o percentual mínimo exigido varia. Sendo maior nos países com maior tradição urbana, ou seja, exigindo-se mais de 50% de trabalhadores não agrícolas, donde se tem os seguintes exemplos: Rússia, Belarus (antiga Bielo-Rússia), Ucrânia, Letônia, Estônia e Lituânia. Em segunda posição aparecem os países que possuem média tradição urbana, onde se 40% de população ativa em atividades econômicas dos setores secundário e terciário, respectivamente, cujos exemplos

são: República de Moldova (antiga Moldávia), Azerbaidjão, Armênia e Geórgia. E em terceira posição, aparecem às nações com menor tradição urbana, aonde se exige apenas 30% de população ativa que não esteja ligada à agricultura. Sendo que nesse caso, se têm como exemplos os países da chamada Ásia Central: Cazaquistão, República da Quirguízia (antigo Quirguistão) Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão. Por fim, deve ser ressaltado que esse último critério é o que mais se aproxima do conceito científico de cidade. Para justificar essa afirmativa, aponta-se que o que faz uma localidade ser considerada como um lugar urbano é, dentre muitos outros aspectos, a sua condição de apresentar características opostas ao campo, ou seja, a de justamente se constituir em um local bem mais diferenciado, quando comparado com as áreas rurais.

Ao se referir sobre a história das cidades, identifica-se que os locais com características urbanas surgiram como resultado de transformações sociais. Assim, a partir da literatura pesquisada se vê que as cidades, em sua grande maioria, se originam dos povoados rurais. Traduzindo, logo, uma própria evolução dessas mesmas povoações, cujas funções econômicas anteriores eram baseadas na agricultura. Então, a despeito de elas no futuro possa vir a se transformar em lugares urbanos, a verdade é que muito desses locais eram inicialmente habitados por agricultores.

Muito antes, portanto, essas povoações nada mais eram do que acampamentos temporários, ou seja, lugares de passagem de pessoas. E a seguir, aos poucos, vieram a se tornar sedentários, com assentamentos permanentes. Algum tempo depois, esses mesmos locais tornaram-se aglomerados, sendo cada vez maiores e mais complexos. Passaram, assim, a abrigar um contingente populacional que em sua ampla maioria já não mais estavam ligadas apenas à agricultura, mas, diferentemente, noutras novas atividades, agora classificadas por apresentar características urbanas. Nesse caso, tem-se como exemplo os seguintes tipos de atividades: guerreiros, sacerdotes, aristocratas, carpinteiros, ferreiros, tecelões, dentre muitos outros.

Em relação ao caso brasileiro, se observa que a tendência acima verificada, não foi muito diferente. Desse modo, se identifica que devido ao país possuir grande dimensão territorial, as primeiras relações entre os lugares eram extremamente fracas e também inconstantes. Mas, na medida em que o povoamento da Colônia brasileira começou a evoluir, por volta de 1530, deu-se a implantação e a expansão da agricultura comercial, tendo como base econômica a agricultura da cana de açúcar. Dois séculos mais tarde, surge à economia da mineração, cujo



tipo de exploração foi a maior responsável para o início da ampliação do povoamento. Nesse período, portanto, gerou-se muita riqueza, levando a atrair muitos colonos (portugueses). Como resultado desse processo, surgiram inúmeras cidades, que até então eram unicamente localizadas na faixa litorânea, vindo agora a se espalharem pelo interior do território.

Goulart Reis Filho (1968, p. 97) aponta alguns elementos que possibilitam explicar a formação daquilo que ele chama de “sistema social colônia”, o qual se fazia presente nos primeiros centros urbanos do Brasil. Assim, segundo esse mesmo autor, nessa época essa estrutura se apresentava constituída com os seguintes elementos: a organização político-administrativa, considerando nesse caso o conjunto das capitanias e o governo-geral; as atividades econômicas rurais, como a agricultura de exportação e a de subsistência; além das camadas sociais ligadas às atividades urbanas, e seus atores. Ainda nessa perspectiva, ele afirma que: “os centros urbanos apresentavam então uma vida... intermitente. Cessando o movimento decorrente do aluxo de senhores de terra, tinham uma aparência de abandono e desolação”.

Após a chegada da economia cafeeira, a partir da metade do Século XIX, todo esse quadro, anteriormente citado se aprofundou, e dinamizou-se. Nessa época, o país já era um Império, e o Estado brasileiro promoveu um intenso fluxo imigratório internacional. Como efeito, vieram para o Brasil milhões de imigrantes. Em especial do continente europeu, como os de origem Italiana, alemã, e ainda de muitos outros países dessa região. Todo esse processo fez multiplicar o surgimento de novas cidades, agora espalhadas por todo o território nacional. Destaca-se, inclusive, que a produção do café se faz com maior escala nos atuais Estados de São Paulo, vindo depois o Rio de Janeiro, e ainda Minas Gerais. Outro aspecto relevante é que essa mencionada economia cafeeira possibilitou a implantação das primeiras estradas de ferro no país, bem como a melhoria nos portos, colaborando também para a chegada de novos meios de comunicação.

Uma nova base econômica surge no território brasileiro com a Revolução de 1930, liderada pelo Presidente Getúlio Vargas. Desse modo, a partir daí a nação passa a mudar de vocação econômica, agora na direção rumo à modernização e diversificação de sua estrutura produtiva. O caminho seguido foi o de se privilegiar o processo de industrialização do Brasil, pois se entendia que essa era a melhor direção no sentido de se modernizar a nação. Isso porque os principais agentes do governo brasileiro vislumbravam que, a indústria poderia tirar o país do atraso econômico, bem como do estado de subdesenvolvimento. Essa tendência se incrementou ainda mais nos Anos de 1940, e principalmente na década de 1950, quando as

indústrias avançam do nível de subsistência, para a do tipo de bens de produção. Outra situação relevante é que esse processo começa a se situar em grande escala, fazendo com que a urbanização se generalize, tornando-se presente em todo o território nacional.

Nos Anos 1960, e, sobretudo, a partir na Década de 1970, a urbanização do Brasil ganha um novo conteúdo. Consistindo que nessa nova dinâmica, o processo de modernização já está praticamente estabelecido no país. Simultaneamente, em todo esse período se aprofunda a relação: campo – cidade, que é promovida, nomeadamente, por meio da chegada da modernização da agricultura, traduzindo assim a ampliação do capitalismo urbano que agora atinge as zonas rurais. No âmbito da modernização da agricultura, se desenvolvem a transformação das técnicas, no quadro das relações sociais do processo produtivo, sendo que sobre essa tendência, Rossini (1988, p. 121) afirma o seguinte: “o campo passa a ser local de residência da população especializada: tratorista, mecânicos, químicos, agrônomos, fiscais e parcela pouco significativa de trabalhadores rurais permanentes”.

Enfim, o consumo se expande, promovendo trocas mais intensas entre a produção agrícola e as localidades urbanas. Nessa dinâmica, a cidade se torna o local privilegiado da regulação do que se faz no campo. Reafirmando assim, que nesses novos tempos, praticamente todas às ações de regulação agrícolas mais importantes se fazem nos núcleos urbanos. Nomeadamente, nas áreas mais desenvolvidas. Tudo isso resulta na mudança do significado urbanização brasileira. O resultado é que boa parte do crescimento do contingente da população urbana, passe a aumentar em razão da grande quantidade de agricultores que agora passa a residir nas cidades. Sendo que isso se dar em um ritmo muito elevado. A todo esse processo, a Ciência Geográfica o define como Êxodo Rural, verificando assim que a “massa” da população rural passa, logo, a se assentar nas zonas urbanas.

Foi a partir do incremento da urbanização da nação, que se começou a aparecer os primeiros indícios da lógica da fragmentação social nos maiores centros urbanos do país. Isso se dá por volta já do início do Século XX. Tendência essa que evolui com o passar dos tempos, fazendo com que ao longo dessa evolução a dita segregação urbana venha a se tornar mais visível e complexa. Consistindo que essa divisão social nas cidades ocorre com mais intensidade em relação aos centros urbanos metropolitanos, aonde esse ritmo é cada vez mais crescente.

Vários fatores contribuem para a segregação espacial nas cidades, os quais são problemáticos. Consistindo, inclusive, que também o Estado termina legitimando, ou ainda pior, contribuindo

até para agravar mais e mais os índices de desigualdade social nos lugares urbanos. Sobre essa questão, Souza (1963) aponta e detalha o papel do Estado como sendo do perverso, aonde ele identifica que em sua atuação, o Poder Público cria e reforça o próprio caráter das disparidades entre ricos e pobres nas áreas urbanas. Sendo que isso se dá porque nessa atuação, se privilegia sempre as elites em tudo, como o exemplo de favorecê-los com melhor infraestrutura urbana. Assim, segundo esse mesmo autor, ao invés de tentar diminuir ou superar os principais problemas de ordem social, a atuação do Estado resulta numa piora de toda essa situação de segregação social.

Ainda sobre a temática segregação urbana, se revela que esse é um fenômeno muito comum ao longo da história da humanidade. Principalmente, após a Revolução Industrial que traduz a emergência do capitalismo. Sistema econômico esse, que se estrutura e se amplia tendo como base o caráter da contradição social, entre a classe detentora dos meios de produção, ou seja, os capitalistas: patrões empreendedores, versus a classe não detentora desses mesmos meios, ou seja, os trabalhadores, empregados dos capitalistas. Classe social essa que possui apenas a mão de obra para garantir a sua própria sobrevivência. Portanto, foi com a chegada do modo de produção capitalista que o processo de urbanização se consolidou e deslançou. Tornou-se assim, uma dinâmica constante e universal, sendo ainda mais avassalador nos tempos recentes.

Como efeito para a urbanização, o sistema capitalista aprofundou a condição de apropriação desigual do uso do solo urbano, pelas respectivas classes sociais antagônicas. Que de uma forma mais genérica, ver-se que os ricos detêm as maiores quantidades e as melhores terras das áreas urbanas, quando comparados aos mais pobres que possuem, em geral, bem poucas ou quase nenhuma terra. Sendo assim, se observa que os segmentos mais populares são, praticamente, “forçados” a viverem em zonas menos atraentes do ponto de vista econômico, pois habitam locais mais distantes do centro tradicional que gera os empregos do comércio e dos serviços. Bem como longe das áreas industriais. Outras características das poucas faixas de terras destinadas aos pobres, é que elas são menos estruturadas em termos urbanísticos, e ainda mais insalubres no que tange as questões físico-ambientais (áreas de morro, margens de rios e de mangues pantanosos).

Para o caso específico do espaço geográfico brasileiro, conforme já fora anteriormente observado, se constata que no tocante aos aspectos do tema segregação urbana isso tem tudo a ver com a realidade do país. Desse modo, observa-se que no Brasil seja facilmente

perceptível às contradições sociais se refletindo na paisagem urbana das cidades, ou dos demais lugares urbanos. E quando se relaciona aos extremos da sociedade, se detectam os chamados bairros nobres, de alto padrão x os bairros muito pobres, de baixo padrão. Há, inclusive, as imensas áreas urbanas povoadas pela imensa parcela formada pelos mais miseráveis da sociedade, cuja população tem as suas residências em unidades formadas pelos bairros populares, favelas ou invasões, ou ainda em loteamentos das periferias. Todas elas constituídas com moradias muito simples, tipo cortiços, barracos de madeira ou de lona, dentre outros. E mesmo quando já sejam de alvenaria, predominam as habitações de autoconstrução, sem qualquer pintura ou harmonia arquitetônica.

Uma questão a se observar, se refere ao caráter de exclusão, em relação ao chamado mercado imobiliário que atinge às mencionadas camadas mais pobres da população urbana. E isso em razão fundamentalmente do poder aquisitivo desses mesmos segmentos sociais, que no caso são muito limitados, ou baixos. Sendo assim, se constata que esses segmentos mais populares são igualmente excluídos de todo o processo de especulação imobiliária, resultando, logo, na própria estigmatização da pobreza urbana. Havendo especulação, há a criação mercantil proporcionada pela escassez de moradias, que por sua vez acentua e amplia a dificuldade de acesso à terra, para fins de habitação, tal como afirma Santos (2008, p. 106): “O déficit de residências também leva à especulação, que juntos levam a periferização da população mais pobre, e com isso resultando no aumento do próprio tamanho urbano, que se alarga para áreas periféricas mais distantes”.

Um ponto a ser ressaltado é o de que a natureza da segregação social urbana se apresenta mais sólida nas grandes cidades, quando comparados com as pequenas cidades, vilas, ou ainda com os povoados (com arruados). Sendo que o principal motivo que justifica essa situação, se deve ao fato dessas metrópoles (e até mesmo as médias cidades) serem, fundamentalmente, os centros aonde se dá o processo mais intenso de produção e de acumulação do capital.

Para encerrar esse tópico, destaca-se que diante do caráter de apropriação de grande parte dos terrenos das cidades pelo chamado mercado imobiliário, resta aos segmentos sociais excluídos dessa dinâmica, o devido povoamento em locais aonde não vigoram os direitos jurídicos de propriedade do assentamento. Tratam-se, portanto, daquilo que a Geografia Urbana costuma definir como sendo favelas, ou invasões. Logo, se constituindo em áreas de ocupação ilegal, por conta de não haver a devida documentação do Título de Escritura do terreno. Enfim, reside-se sob a simples condição de posse. Daí, serem classificados como

“aglomerados subnormais”. Tudo isso, então, em conformidade com o que afirma Maria do Socorro Batista (1984):

“a favela nada mais é que a forma de apropriação do espaço urbano por uma classe inserida no sistema produtivo em condições desfavoráveis e bastante precárias... É resultante de uma contradição engendrada no interior da organização social”. (BATISTA, 1984, p. 2,3, apud ARAÚJO, 2006, p.46).

### **Um Resumo Sobre a Evolução das Políticas Públicas de Habitação Urbana no Brasil e na Cidade de João Pessoa**

Antigamente, quando o Brasil era um país eminentemente povoado por uma população agrícola, residindo, portanto, na zona rural, não havia em seu território qualquer política pública de construção de moradias populares. Nesse longo período, que vai desde a Colônia, passando pelo Império, e atingindo os Anos 1930, mesmo com limitada proporção de contingente urbano, cabia à população pobre construir as suas moradias. Essa dinâmica é conhecida como: autoconstrução. E tal como hoje, mesmo nessa época a população mais empobrecida já residia nas áreas periféricas das cidades, pois os habitantes de então dispunham de poucos - ou quase nenhum - recursos. O que resultava em um conjunto de moradias muito simples, apresentando também péssima qualidade de construção, e ainda de habitação.

Enfim, se verifica que zonas periféricas das primeiras cidades brasileiras eram dominadas pelos elevados índices de pobreza. E também pela ausência de infraestrutura, e igualmente carentes de todos os tipos de serviços: esgotamento sanitário, saneamento básico, abastecimento de água potável, etc. Muitas casas, inclusive, eram sujeitas a serem derrubadas, tendo em vista não possuir a devida licença para a sua construção. Já no final do Século XIX, aparecem no Brasil as primeiras ideias sobre a necessidade de uma melhor urbanização das cidades do país. Normas essas que deveriam ser devidamente elaboradas por cada uma das Câmaras Municipais. Daí que ainda no citado período, se começou a surgir às primeiras ações urbanísticas, via normas e regulamentações, implantadas pelo chamado poder público. Todas elas, então, visando o estabelecimento de um conjunto de posturas que viessem a permitir o regular uso do solo urbano pela população.

Dentre outras metas, o mais importante alvo dessas mencionadas ações era na direção de se melhorar a aparência das cidades, além torná-las bem mais higienizadas. A partir das assinaladas ações políticas, inicia-se no Brasil os primeiros processos de destruição das casas consideradas como insalubres. Como efeito social, tudo isso fez com que os mais pobres fossem empurrados para zonas cada vez mais distantes do centro das cidades. Surgem assim, logo, as primeiras periferias.

Conforme se ver, até o final do Século XX a evolução histórica das moradias nas cidades brasileiras foi formada, hegemonicamente, por ocupações do tipo autoconstrução. Mas, desde ainda as últimas décadas do mesmo século, tem ocorrido uma inversão dessa trajetória. Assim, verifica-se que a partir dos Anos 1980, e até os anos atuais, tem ocorrido uma crescente e contínua participação da chamada Indústria Imobiliária. Tendência essa, inclusive, que é devidamente estudada por Corrêa, em sua Obra: O Espaço Urbano (2004). Em outras palavras, isso traduz a participação do Capital, se envolvendo mais e mais no processo de construção habitacional.

Com isso, se pode mesmo apontar que no Brasil se amplia, cada vez mais, a presença do Capital Imobiliário, em detrimento a concomitante redução proporcional da autoconstrução. Nesse caso, no processo de produção de construção de prédios, nomeadamente de residências familiares, mas também das unidades para fins funcionais. Por conta de toda essa dinâmica assinalada, se desenvolve nas grandes e médias cidades do país um tipo marginal de construção habitacional. Isto é, contraditória e paralelamente se desenvolve no espaço brasileiro a produção daquilo que a Geografia Urbana define como sendo habitações subnormais. Portanto, esse é o conceito atribuído a esse tipo de residências familiares, traduzindo mais precisamente às chamadas favelas ou invasões.

Os primeiros projetos de habitação criados no Brasil se devem ao antigo Programa Fundação Casa Popular (FCP), surgido no ano de 1946. E que chegou a construir, segundo Osório (2007), apenas 17 mil unidades habitacionais em todo o país, em seus 18 anos de existência. No entanto, foi com o chamado período do Regime Militar, o momento em que o processo de construção de casas populares no Brasil “decola”. Mais precisamente, após o ano de 1964, data na qual se criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), que veio a substituir o antigo e mencionado FCP. Apesar do alto índice de construção habitacional durante o referido período, sendo que esses projetos não surtiram todo o efeito desejado, tendo em vista o elevadíssimo déficit habitacional do país, que ainda era muito alto, e ainda, não contemplando grande parte

das famílias pobres. Apesar disso, o BNH foi responsável pela criação dos primeiros conjuntos habitacionais populares da cidade de João Pessoa.

Já no século XX, é justamente a década de 1970 o decênio considerado como aquele em que ocorreu a maior valorização do solo urbano, na cidade. Período esse, então, no qual se verifica que a população rural sai em massa do campo. Passando, assim, a residir majoritariamente na zona urbana. Sendo que o principal fator que determinou essa migração foi à tentativa de se melhorar às condições de vida, a partir da conquista de um digno trabalho em João Pessoa, com maior remuneração. Também influenciou esse processo, a forte expulsão da mão de obra rural. Percebe-se, logo, que no campo não havia a desejada qualidade de vida, e nem as garantias trabalhistas de que se necessitava, para que os agricultores familiares ali permanecessem. Tudo isso, enfim, fez impulsionar toda a dinâmica de formação das favelas na periferia urbana de João Pessoa, tal como afirma Maia, 1994:

Tem-se então, em João Pessoa, uma representação da urbanização brasileira, onde a partir da década de 1970 a população passa a residir predominantemente nas cidades, elevando o número de favelas, decorrente principalmente de uma expulsão do campo, seja pelo desenvolvimento de relações capitalistas e à consequente proletarianização dos agricultores, em virtude da pressão capitalista sobre a terra rural, isto é, pela concentração da renda fundiária. (MAIA, 1994, p. 132).

Segundo Vale e Garcia (2008), a criação do BNH na cidade foi estratégica para o adensamento urbano, direcionando a expansão urbana para avenidas principais da cidade, como a Avenida Epitácio Pessoa e a Avenida Cruz das Armas, reforçando assim, o crescimento da área urbana para o sentido norte e sul da cidade e conseqüentemente dando origem a novos conjuntos habitacionais como o de “Pedro Gondim” e o de “Boa Vista”, no sentido Norte da cidade, e o de “Mangabeira”, o de “Valentina” e o do “Ernesto Geisel”, ao sul da cidade.

Em 1986, com a extinção do BNH, um pouco antes do fim da ditadura militar, houve um aumento da segregação urbana na cidade, pois sem políticas de habitação social, os mais pobres emergiram nas favelas. A partir de então, as políticas públicas de habitação começaram a ser municipalizadas, tendo em vista que tal política se tornou inexistente a nível federal, até um determinado tempo. Nos anos 1990, a Prefeitura Municipal criou vários projetos de habitação, com o objetivo de construir moradias para atender famílias de baixa renda, porém realocaram-nas para áreas distantes do centro urbano. Isso aumentou mais ainda a segregação espacial.

Após a promulgação da Constituição do Brasil, de 1988, dentre o conjunto das normas, ela aponta que cada um dos Municípios do Brasil deve criar a sua específica Lei do Estatuto da Cidade. Normativa essa que somente foi regulamentada no texto constitucional no ano de 2001, após a sua devida aprovação pelo Congresso Nacional. Em 2003, já com o Partido dos Trabalhadores no poder, é estabelecido o Ministério das Cidades, que impactou como um grande avanço para as questões relacionadas ao direito à moradia. Levando, assim, ao aumento da participação das camadas sociais nos movimentos sociais organizados, na luta pela moradia. Com isso, identifica-se significativa melhoria nas questões envolvendo toda a problemática habitacional das Cidades Brasileiras. Para o caso específico da Cidade de João Pessoa, se revela como importante o surgimento da Secretaria Municipal de Habitação Social (Semhab). Tratando-se de um fato destacadamente relevante, ao ponto de Vale e Garcia virem a afirmar:

Para resolver o problema da habitação na cidade a prefeitura criou no ano de 2005 a Secretaria Municipal da Habitação Social (Semhab). O principal objetivo da Semhab é o desenvolvimento de uma política voltada para o combate ao déficit habitacional, tanto para o controle quantitativo quanto qualitativo, atuando de maneira intersectorial com as demais secretarias da cidade. Segundo informações da Prefeitura "A criação deste órgão é uma necessidade da população, para o desenvolvimento social e de assistência àqueles que não tiveram a oportunidade de garantir a moradia da sua família." (SEM HAB/PMJP, 2005). Portanto, o órgão visa atender as necessidades de todas aquelas famílias que se encontram sem moradia digna, vivendo em casa de familiares e/ou em ocupações de prédios públicos e acampamentos urbanos. (VALE e GARCIA, 2008).

Sobre o Programa: Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), se assinala que ele foi criado no ano de 2009. Ressalva-se, inclusive, que isso se deu no quadro da crise financeira internacional de 2008, que também atingiu o Brasil. Desse modo, se esclarece que além da tentativa óbvia de se reduzir o elevado déficit habitacional brasileiro, outra fundamental meta, então, era o de estimular a economia, por conta da mencionada crise, tentando assim diminuir as taxas de desemprego. Diante disso, o Governo passa a investir fortemente no setor da construção civil. Todo esse processo se repercute positivamente também em João Pessoa, pois contando com os recursos financiados pelo PMCMV, o Município passa também a atuar massivamente na construção de habitações populares, em parceria com as esferas Estadual e Federal.

Tudo isso se faz no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, cujo propósito principal, segundo o *site* do PAC, era o de: "promover a retomada do planejamento e execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no



país.” No entanto, foi a partir de 2011 que o PAC se deslanchou, retratando a implantação de sua 2ª Fase, na qual se verifica o fortalecimento da parceria junto aos Municípios. Dessa forma, se clarifica que para o sujeito ser contemplado com a concessão dos benefícios pelo Minha Casa Minha Vida, o critério utilizado para a seleção é o da faixa de renda compatível. Sendo assim, o Quadro 01, abaixo, explicita essa mencionada regra.

**Tabela 01:** Quadro relativo às faixas de rendimento médio familiar, considerado para efeito de o cidadão ser contemplado com uma casa, com base nos recurso do PMCMV.

RENDA FAMILIAR MENSAL	FAIXA DO MCMV	CARACTERÍSTICA
Até R\$ 1.800,00	FAIXA 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.350,00	FAIXA 1,5	Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 3.600,00	FAIXA 2	Até R\$ 27.500,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano.
Até R\$ 6.500,00	FAIXA 3	8,16% de juros ao ano.

Fonte: Elaborado por Camilla Teles, a partir do site do Programa Minha Casa, Minha Vida, contido no endereço eletrônico: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>.

**O Processo de Transformação Urbana do Bairro São José (em João Pessoa/PB), a partir do Papel da Política Habitacional do Programa: Minha Casa, Minha Vida.**



**Figura 1** – Imagem de localização do Bairro São José e seus conjuntos habitacionais. Elaboração: Camilla Teles. Fonte: Google Earth. Data de elaboração: 22/02/2017.

Neste tópico, se procura fazer a análise em relação do objeto de estudo propriamente dito, ou seja, tendo o bairro São José como o foco do estudo. Então sobre a evolução dessa particular Unidade Espacial, começa-se relembando que a metodologia empregada de deu a partir de uma série de conversas, informais, com determinados moradores mais antigos do bairro. Logo, esse foi o procedimento que permitiu o levantamento dos principais informes aqui tomados como referência. Desse modo, também se explica que na escolha dos atores sociais alvos, para a entrevista oral, o critério básico utilizado foi considerar que eles possuem certa credibilidade, localmente reconhecido, de que realmente são sabedores sobre a referida formação da comunidade.

Assim, identifica-se, inicialmente, que o bairro São José, surgiu por volta do final da Década de 1960, para o início dos Anos 1970. Tratava-se, então, de uma simples povoação de pescadores. Nesse período, ela se chamava Chatuba. Que conforme se ver, os seus primeiros habitantes se constituía principalmente de pescadores, e suas famílias. Observa-se, inclusive, que a área de povoamento original da comunidade se situava bem mais próxima da costa litorânea. No entanto, na medida em que foi se formando o bairro Manaíra, com a respectiva valorização imobiliária da faixa litorânea, essa povoação vai sendo aos poucos expulsa da área.

Portanto, se verifica que a antiga povoação, original, foi praticamente forçada a se afastar das citadas áreas litorâneas. Vindo a adentrar cada vez mais, até se alocar numa área de vale (encosta de rio), terreno esse, então, sem qualquer valor para o setor imobiliário. Pois, desde aquela época, a chamada indústria imobiliária já estava plenamente se apropriando do litoral. Enfim, a produção espacial com construções do tipo favelas (e similares) costuma surgir, sobretudo, em áreas relativamente impróprias à exploração do capital imobiliário. Tal como sugere Araújo (2006):

“A literatura sobre a expansão da cidade situa a década de 1970, como uma fase de maior valorização do solo urbano, o que está relacionado a um impulso no processo de periferização e de formação de favelas. Surgidas nessa época, especialmente em áreas impróprias à exploração imobiliária – nos vales dos rios e nas encostas dos Tabuleiros–, as favelas passaram a ser o novo lócus de parte dos pobres da cidade e daqueles que chegavam do campo. Entretanto, esse era um processo mais determinantemente observado nas grandes e médias cidades brasileiras, decorrente da rápida urbanização do país.” (ARAÚJO, 2006 p.43).

Dessa forma, se identifica que essa nova ocupação tornou-se uma área de assentamento espontâneo, com forma urbana do tipo desordenado. Deu-se assim o surgimento desse povoamento tipo favela, que foi erguida entre às margens do rio Jaguaribe, e uma zona de encosta. Acrescentando, ainda, de que pelo fato de estar situada em área de risco ambiental, sendo que por essa razão, isso reforça o caráter de “desprezo” pela dinâmica da especulação imobiliária.

No entanto, se revela que essa Favela eleva-se à categoria de Bairro por volta de 2010. Isso ocorreu, fundamentalmente, devido à transição do tipo predominante das construções locais. Então, se anteriormente a maior parte das moradias se formavam por unidades precárias, nos últimos tempos, a situação mudou substancialmente. Logo, passando hegemonicamente a se constituir por moradias em melhores condições. Nomeadamente, formada pelo tipo conjuntos populares. Tudo isso, portanto, contribuiu para a diminuição das condições de insalubridade. Por outro lado, assinala-se também que esse bairro se encontra margeando determinada área nobre, de norte ao sul. Vizinho, portanto, ao bairro de Manaíra.

Mesmo assumindo a condição de um novo bairro da cidade de João Pessoa, a verdade, entretanto, é na realidade essa comunidade não deixou de fato de ser muito mais parecido com uma favela. Reforçando mais uma vez que do ponto de vista científico, a Geografia Urbana define Favelas, e/ou Invasões, como um aglomerado do tipo: “subnormal”. Observando, então, que com base na referência bibliográfica utilizada no trabalho, o caráter

de subnormalidade também pode ser aplicado tomando como exemplo o bairro São José. Pois se identifica que há similaridades desse caso, com a maioria das favelas das outras regiões, do território brasileiro. Inclusive, no tocante às condições naturais, donde se percebe que igualmente no bairro São José também ocorre à presença de vales, rios esses que costumemente alagam as suas áreas povoadas. Observa-se igualmente a existência de encostas dos tabuleiros, que oferecem perigos de desmoronamentos. O efeito, logo, é que essas áreas se destinam, majoritariamente, a acolher parte da população mais carente. Nesse caso, incluindo tanto aqueles que já são moradores da própria cidade, como também pelos migrantes que vêm para João Pessoa e passam a se assentar no mencionado bairro.

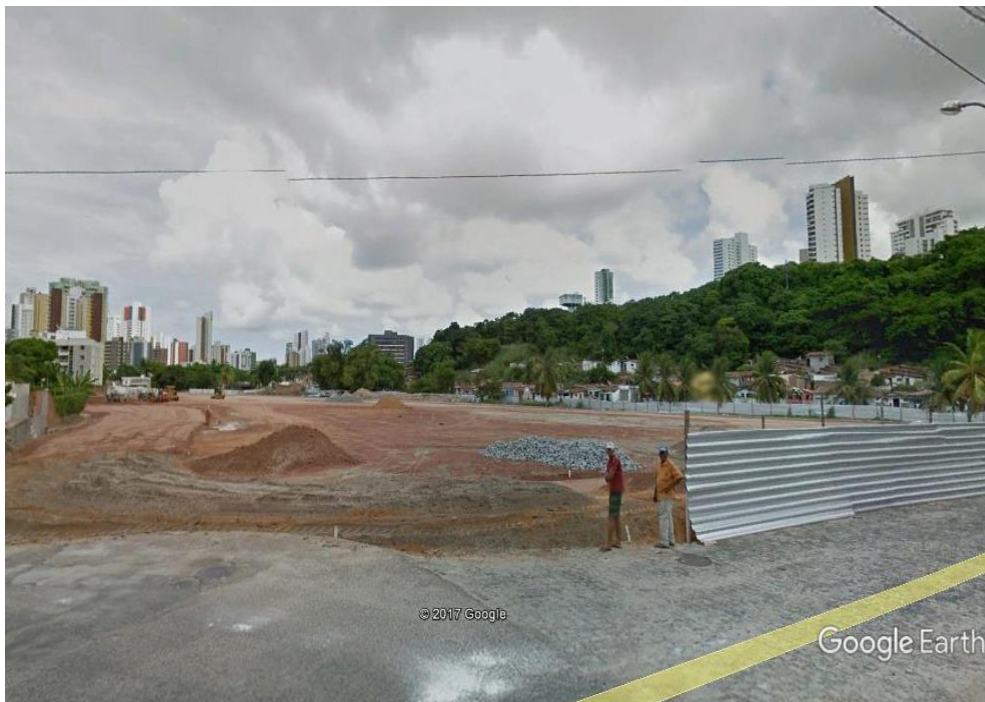
Em relação às principais características geográficas do bairro São José, se informa, inicialmente, que segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o Censo Demográfico de 2000, a população absoluta soma 7.923 habitantes, composta por 3.809 homens e 4.114 mulheres, o que corresponde a um percentual de 48,08% para o sexo masculino, 51,92% para o feminino. Sobre esses assinalados dados de ordem demográficos, se ressalva, inclusive, que somente sejam tratados os números relativos ao Recenseamento do ano de 2000. Isso se justifica, contudo, porque os do Censo de 2010 não vieram a apresentar as devidas informações para a unidade espacial em questão. Já quanto a sua dimensão territorial, se revela que a área total é de 31,70 ha, sendo 30,00 ha de área verde e 1,70 ha de área bruta. O que implica dizer que mais de 90% da área do bairro está assentada em uma Área de Proteção Ambiental.

De acordo com o que se viu no tópico anterior, foi justamente na segunda fase do PAC, implantado em 2011, que o bairro São José se tornou alvo do PMCMV. Nessa época, portanto, a comunidade passa a ser contemplada com as referidas obras relativas à construção de casas populares. No caso específico em exame, identifica-se que todos os seus moradores se enquadram na “faixa 1”, conforme o Quadro 01 anteriormente mencionado. Faixa essa que se refere a uma Renda Familiar Mensal cujo limite máximo chega até R\$ 1.800,00. Consistindo, porém, que a maioria dos moradores se classifica no grupo dos indivíduos que não possuem Renda alguma. Daí, então, que maior parte dessas pessoas da classe dos “sem rendimentos”, representam o segmento mais beneficiado com os seus nomes aprovados no Cadastro do Programa. Os quais, posteriormente, serão os mais contemplados com a garantia da casa própria, mediante sorteio.

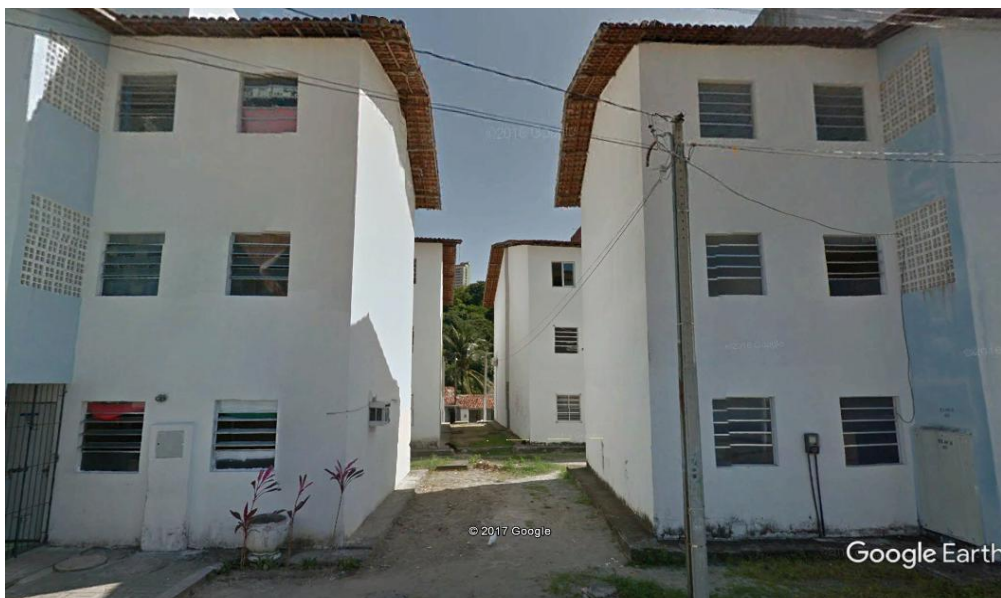
Na primeira fase do programa do PAC, para o caso dos recursos destinados especificamente para o bairro São José, em João Pessoa/PB, se revela que o investimento inicial previsto para a construção das habitações, constado no *site* do PAC, foi de aproximadamente 43 milhões de reais, cujos recursos eram de responsabilidade unicamente do próprio programa do Governo Federal. No entanto, nessa etapa todo o trabalho centrou-se no âmbito do planejamento. Na segunda fase, as ações se dedicaram tanto para as obras de drenagem, como para a construção de moradias, na qual se observa que foram edificadas 2.961 residências. Inclusive, se deve ser ressaltado que nesse momento, o Município também já começou a participar no conjunto do orçamento, com a contribuição de cerca de 193 milhões de reais.

Portanto, na referida segunda etapa em uma área de 75 mil metros quadrados, a Prefeitura Municipal de João Pessoa garantiu a urbanização e a construção das citadas 2.961 unidades. No caso, sendo do tipo: apartamentos, que permitiram receber um montante de cerca 4.100 pessoas, as quais antes habitavam as áreas de risco na comunidade. Outro aspecto relevante a se observar, se deve ao fato de que o tamanho das habitações variam entre 40m<sup>2</sup> à 50m<sup>2</sup>. Sendo que algumas delas possuem até “Box”, para fins de futura atividade econômica, no sentido de contribuir com possível aumento de renda para o caso dos trabalhadores autônomos, a exemplo das cabeleireiras, doceiras e boleiras. Por fim, se destaca que as obras também visaram à revitalização do rio Jaguaribe, na área específica que corta o bairro.

Para encerrar esse tópico, apresenta-se o relato de uma das moradoras contemplada com um dos apartamentos. Trata-se de Dona Dulcinete, de 40 anos, e que trabalha de forma autônoma como doceira, na qual sobre o mencionado labor autônomo em sua própria residência, ela assim se expressa: “trabalho com os serviços de churrasquinho e doceria, que agente oferece aqui dentro do prédio. Isso ajuda muito aos moradores a conseguir mais renda, e de um jeito mais fácil. Fico andando dentro do próprio prédio, visitando os vizinhos, e ai a gente consegue vender algo, e ao mesmo tempo tenho um lugar pra servir de ateliê, para que as pessoas venham comprar. E isso não era possível antigamente, antes da construção do prédio, pois a gente morava de forma precária, tendo que vender nas ruas, e sem lugar próprio”.



**Figura 2:** Foto antiga de área nova a ser construído o conjunto popular “Novo São José”. Fonte: Camilla Teles. Obtida pelo Google Earth. Data: 22/02/2017.



**Figura 3:** Um dos conjuntos habitacionais. Fonte: Camilla Teles. Obtida pelo Google Earth. Data: 22/02/2017

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este artigo científico, passa-se agora, sob a forma de síntese, a apresentar os principais resultados obtidos com a pesquisa. Assim, como primeiro ponto a se destacar, nesse quadro de conclusões finais, se refere à consideração de que o trabalho alcançou, positivamente, o objetivo geral a que se propunha. Observando então, que o estudo baseado na análise do programa habitacional: Minha Casa, Minha Vida, a partir de sua atuação no âmbito da reurbanização do bairro São José, realmente, produziu como principal efeito, um conjunto de transformações espaciais. Fundamentalmente, tal como se desejava, verificando a mudança da condição do estágio de favela para um novo, agora bairro.

Outro aspecto digno de nota se relaciona ao caráter do método de abordagem seguido no trabalho. Sobre essa questão específica, portanto, se assinala que se considera que o trabalho, verdadeiramente, trilhou por uma leitura bastante crítica e reflexiva. Pois ao se tomar como suporte uma interpretação baseada no materialismo histórico e dialético, a luz da filosofia marxista, isso pôde comprovar a natureza da desigualdade social que se faz presente na produção e reprodução do bairro São José. Dessa forma, isso permitiu concluir que essa comunidade representa um típico espaço urbano marginal do capitalismo. No âmbito do método utilizado, logo, se ver que se valorizou toda a dinâmica dos conflitos e das contradições de uma sociedade dividida antagonicamente. Enfim, tudo isso corresponde à tendência conforme se discorreu sobre o tema central da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciana Medeiros de. **A produção do espaço intra-urbano e as ocupações irregulares no Conjunto Mangabeira**, João Pessoa – PB. /Luciana Medeiros de Araújo. – João Pessoa, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo. Ática. 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

CRISTALLER, Walter. **Lugares Centrais na Alemanha Meridional**. New Jersey: Prentice Hall. 1966.

LUCENA, Wilma Guedes de. **A Produção do Espaço Urbano de Patos/PB: Do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2014.

MAIA, Doralice Sátyro. **A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil**. *La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación*. IN:



ACTAS DEL XI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, Universidad de Buenos Aires, 2010. Acesso em: maio de 2017. Disponível em: <<http://www.filo.uba.ar/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/162.ht>>.

MAIA, Doralice Sátyro. **O Campo na cidade: necessidade e desejo** (um estudo sobre subespaços rurais em João Pessoa – PB). 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis. 208 p.

PALEN, J. John. **O Mundo Urbano**. Editora Forense Universitária, 1975.

OSORIO, L. **Direito a Moradia no Brasil**. [Em linha] [www.fna.org.br/downloads/direito\\_a\\_moradia\\_no\\_brasil.doc](http://www.fna.org.br/downloads/direito_a_moradia_no_brasil.doc) [05/03/ 2017].

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1968.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. São Paulo: Contexto, 10.ed. – 2003.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero: A mulher na lavoura canavieira paulista**. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1988.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

SILVA, Iranise Alves Da. **A crise da moradia: a política habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande-PB/Iranise da Silva**. – Rio de Janeiro: Agir; João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1987.

SOUZA, Marcello Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1963.

VALE, K. C.; GARCIA, M. F. **A dinâmica geográfica da luta pela moradia em João Pessoa no último decênio (1998-2008): Dez anos de transformações (ou) mudanças e permanências**. X Coloquio Internacional de Geocrítica. Universidad de Barcelona. Barcelona, 2008. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/276.htm> > Acesso em: 22/02/2017.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Volume II. São Paulo: UNB, 2004.

#### Websites

Endereço Eletrônico Do site do programa **Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em: <http://www.minhacasaminhavid.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv> > Acesso em: 13/05/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Disponível em: [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: fevereiro de 2017.

PAC - **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> > Acesso em: maio de 2017.



